**QUESTÕES IDENTITÁRIAS EM TERRITÓRIOS DE
ASSENTAMENTOS RURAIS DE REFORMA AGRÁRIA:
O CASO DO ASSENTAMENTO REUNIDAS
NO ESTADO DE SÃO PAULO***

*IDENTITY QUESTION IN AGRARIAN REFORM RURAL
SETTLEMENTS TERRITORIES:
THE REUNIDAS SETTLEMENT CASE*

Alexsandro Elias Arbarotti**

RESUMO: Passadas algumas décadas desde o estabelecimento dos primeiros assentamentos de reforma agrária surge a necessidade de pensarmos os processos de reprodução social que ocorrem no interior desse território. O objetivo do presente artigo é justamente compreender esse processo de reprodução social dentro dos Assentamentos a partir da análise das motivações subjetivas dos atores sociais da segunda geração. Para tanto foi realizado um estudo de caso no Assentamento Reunidas, o maior do Estado de São Paulo. A metodologia utilizada para a pesquisa foi a da história oral, onde os atores contaram suas histórias de vidas e seus projetos. O artigo está estruturado em quatro seções: A primeira traz os elementos metodológicos. A segunda traz uma breve biografia dos entrevistados e a seguir, na terceira seção, são articuladas as falas dos atores, onde é possível perceber suas motivações para permanecerem no assentamento. Partindo desses elementos a quarta seção busca demonstrar que a decisão de permanência ocasiona transformações culturais e sociais para o território, pois as identidades desses atores são reelaboradas. Por fim, as considerações finais apontam para o assentamento como um território de universo de vividos múltiplos permeado por uma cultura e sociabilidade específicas que possibilita a realização de projetos de vida.

* Pesquisa financiada pelo Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp): Processo Fapesp: 2012/16545-3.

** Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e doutorando no Programa de Pós-graduação em Sociologia da mesma instituição; Pesquisador do Centro de Pesquisa e Estudos Agrários (CPEAA) e membro do Grupo de Pesquisa Ruralidades, Ambiente e Sociedade da Universidade Federal de São Carlos (RURAS-UFSCar), São Carlos, SP, Brasil; E-mail: arbarotti@gmail.com

Palavras chave: Assentamento Rurais; Reforma Agrária; Geração; Reprodução Social; Identidade.

ABSTRACT: *After a few decades since the first agrarian reform settlements were established it became necessary to think about the social reproduction process within the territory. Considering that, the objective of this article is to comprehend the social reproduction process inside the rural settlements through the analysis of the second-generation actors' subjective motivations. Therefore it has been developed a case study in Reunidas settlement, the biggest in the state of São Paulo. The methodology used in the research was the oral history that consists in actors telling about their life stories and their projects. This article is structured in four sections: The first one brings the methodological elements. The second one brings a brief biography of the interviewees and in the third section are analyzed the actors' speak and it is possible to realize their motivations to stay in the settlement. Through these elements the four sections demonstrates that the decision of staying in the settlement creates cultural and social transformations to the territory because the identities of these actors are re-elaborated. Thus, the final considerations point to the settlement as a territory with various experiences which are permeated by specifics culture and sociability that make possible the life projects achievement.*

Keywords: Rural settlement; Agrarian reform; Generation; Social reproduction; Identity.

INTRODUÇÃO

Passadas algumas décadas desde o estabelecimento dos primeiros assentamentos surge a necessidade de se pensar o prosseguimento dessa política pública por meio da discussão da reprodução social nesses espaços. É fato que muitas pesquisas já foram desenvolvidas focando-se nos jovens e nos dilemas que enfrentam para estudar, estabelecer relacionamentos, se inserir no mercado de trabalho e outros (Menezes, 2010; Castro, 2009; Malagoli, Marques, 2007). Nesses termos, a grande

questão que estas pesquisas colocaram em evidência foram os meandros da tomada de decisão entre *ficar* ou *sair* do assentamento. Esses trabalhos são de extrema importância, visto que possibilitaram apontar caminhos para se pensar os jovens e as dinâmicas nos territórios dos assentamentos rurais. E é sabido também que essas pesquisas contribuíram sobremaneira para compor as discussões da elaboração de políticas públicas visando a juventude rural com especial atenção aos que se encontram nos territórios da reforma agrária.

Nestes termos, a proposta do presente artigo é justamente compreender as motivações subjetivas que levam os jovens a permanecerem e assumirem a responsabilidade do lote e, dessa forma, contribuir para a dinâmica deste território. Todavia, para a presente pesquisa a opção foi de utilizar a categoria *geração* a categoria *jovem*, pois a categoria *geração* permitiu observar de forma mais profunda os inter cruzamentos das relações sociais que são estabelecidas no território do assentamento, ou seja, esta categoria tem como pressuposto o elemento chave de pensar que as gerações não se sucedem, mas convivem em um processo de sucessão e coexistência (Mannheim, 1993).

Assim, por meio desta categoria, ficou mais evidente perceber as mudanças, as dinâmicas, as tensões e as novidades que esses grupos sociais apresentam, demonstrando como esse processo social, de reprodução e sucessão geracional, não se trata de uma superação factual de uma geração por outra, mas sim de uma coexistência entre gerações. Com essa concepção pensa-se o tempo que separa as gerações não de forma cronológica, mas sim como um tempo qualitativo, o tempo do vivido e que constitui cada indivíduo. Assim, no artigo, é pensada a convivência de diferentes gerações em um mesmo espaço e tempo, mas vivendo em eras subjetivas diferentes e em relações sociais para além dos limites familiares (Mannheim, 1993; Borges, 2011).

Nestes termos, a discussão geracional neste artigo analisa o surgimento e estabelecimento de uma nova geração dentro dos assentamentos, que aqui é denominada *segunda geração*, e sua coexistência com a geração que lutou, conquistou um lote e a partir daí reordenou sua vida e passou a viver da terra, aqui chamada de *primeira geração*. Partindo dessas delimitações, o olhar foi direcionado para a atuação e

as novidades trazidas a partir do estabelecimento da segunda geração no processo produtivo e na vida social e cultural do assentamento.

Formalizando, o objetivo desse artigo é demonstrar os elementos que perpassam a tomada de decisão de alguns atores da segunda geração em permanecer no assentamento: *Por que alguns atores da segunda geração permanecem no lote e no assentamento? E quais são suas motivações para essa escolha?*

De pronto é possível afirmar que a permanência passa, necessariamente por arranjos e estratégias de busca por alternativas de trabalho e renda. Entretanto, é importante pontuar que esses fatores não definem os atores de forma completa, pois é importante trazer à cena os elementos que ultrapassam a vida profissional como a família, as atividades lúdicas e esportivas, os grupos políticos e religiosos que fazem parte, entre outros. Dessa forma a investigação que nutriu esse artigo se desenvolveu com foco nas motivações subjetivas que compuseram o ato de permanecer no lote dos atores da segunda geração. Esses fatores são importantes pois eles acabam por dar novos contornos nas elaborações laborais dos atores.

Para realizar a demonstração do que acabara de ser esboçado o presente artigo está dividido em quatro seções. Na seção *metodologia* será tratado das escolhas no que tange ao territórios e aos atores escolhidos para a pesquisa. Em seguida, na segunda seção, será feito uma *breve biografia* desses assentados que colaboraram com a pesquisa. A seção seguinte, por sua vez se dedicará a demonstrar os elementos que aparecem nas falas desses atores para justificar seus projetos de permanência no lote e no assentamento. A quarta seção buscará elencar os processos identitários que são possíveis de serem percebidos a partir desse novo contexto social que se desenha por meio da permanência dos atores da segunda geração. E, para terminar, algumas considerações finais sobre um novo desenho social nos espaços rurais.

METODOLOGIA

Por se tratar de uma pesquisa que valorizou os elementos subjetivos a escolha metodológica foi de realizar um estudo de caso, pois assim foi possível adentrar mais profundamente nos aspectos que passaram as tomadas de decisão dos atores. O local escolhido para a pesquisa foi o assentamento reunidas no município de Promissão no estado de São Paulo, que fez parte do I Plano Nacional de Reforma Agrária de 1985, tendo seu decreto de desapropriação datado de 1986 e a emissão de posse de 1987. Esse assentamento é resultado da luta política de diferentes forças sociais, tendo seu início marcado por camponeses organizados por um grupo de educação popular da cidade de Lins-SP, posteriormente por sindicatos Rurais e por fim pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) organizados por grupos de Comunidades Eclesiais de Base da Região de Campinas-SP.

Este é o maior assentamento do estado de São Paulo, com uma área de 17.138,26 hectares, dos quais 5.072,02 são de área ambiental e 12.066,24 hectares destinados a produção (o assentamento está divididos em 629 lotes, de 19,3 hectares em média, alocados em dez agrovilas). Das dez agrovilas que compõem o assentamento optou-se em focar a pesquisa empírica na agrovila Campinas, que possui 74 lotes.

Esses recortes se justificam pois possibilitaram focar o estudo em um assentamento com praticamente trinta anos de existência, elemento essencial para verificar a questão da sucessão e coexistência geracional. E, também, por ser um assentamento formado com diferentes forças políticas. A escolha da agrovila Campinas se justifica porque as famílias que compõe esta agrovila foram organizadas pelo MST, no período de luta pela terra, e pelo fato de a maioria das famílias terem passado pela experiência de viver na cidade depois de longos processos migratórios e de expropriação. Esses elementos são importantes, pois permitiram analisar uma variada gama de experiências sociais e políticas dos atores envolvidos no processo de luta pela terra.

Os trabalhos de campo da presente pesquisa foram sistemáticos entre os anos de 2011 à 2013, utilizando-se da metodologia da história oral, onde os atores contaram suas histórias de vidas, ou

seja, seus processos de tomadas de decisões, as incertezas, os projetos anulados e a reformulação de projetos. Por meio dessa metodologia foi possível adentrar e conhecer esse processo de tomada de decisão de permanência no assentamento por parte destes assentados.

Nesse artigo serão articuladas as falas de quatro assentados e duas assentadas que tem como perfil serem filhos de assentados que tomaram a decisão de permanecerem no lote e elaboraram um projeto de vida a partir dessa tomada de decisão. É importante pontuar, antes de prosseguir, dois elementos. Primeiro que a tomada de decisão de ficar não é eterna e os projetos não são imutáveis, ou seja, aqui é um retrato do momento da realização da pesquisa. A segunda observação é que por uma questão de espaço não será possível retratar aqui as histórias de vida de todos os atores, por isso a próxima seção será dedicada a trazer suas biografias de forma breve para que se possa entender suas falas, posteriormente, dentro dos seus devidos contextos.

BREVES BIOGRAFIAS

Alberto

Primeiramente esse lote traz alguns elementos importantes no que tange ao intercrucamento da relação sucessão geracional e gênero. No lote da família de Alberto, o casal da primeira geração teve dois filhos, um do gênero masculino e outro do feminino. O do gênero masculino teve precedência e permaneceu no lote, mesmo sendo mais novo. Já sua irmã casou-se com um filho de assentado e foi morar no lote desta outra família. E a situação repetiu-se quando Alberto casou-se com a filha de um assentado e ela veio morar com ele.

A produção do lote conta com dez estufas para produção de pepino, que fica sob a responsabilidade de dois funcionários, assentados em outros lotes. Isso ocorre, pois a principal atividade geradora de renda no lote é o empreendimento de “atravessador”, onde Alberto compra a produção de outros assentados, e com dois caminhões que possui leva a produção para ser vendida no CEASA (Cen-

tral de Abastecimento) em São José do Rio Preto-SP. Esse negócio é empreendido em sociedade com seu cunhado e irmã.

Das experiências da trajetória do Alberto cabe destacar que ele nunca trabalhou fora do assentamento, ou seja, não voltou a morar na cidade depois de se mudar para o lote, quando tinha cinco anos de idade. Ele também cursou um ano Analise de Sistemas na Universidade de Lins, mas abandonou justamente por causa do empreendimento de vendas de mercadoria no CEASA. Na opinião dele esse empreendimento era, no período, duas vezes mais rentável que o salário de analista de sistema, curso que fazia. Ele não tem atuação política paritária efetiva, apesar de ser filiado ao Partido dos Trabalhadores. E sobre o MST disse nunca ter participado.

É importante pontuar que no lote ainda moram seus pais, e sua avó materna. Seus pais vivem de aposentadoria rural e do arrendamento de três alqueires para a plantação de milho e eucalipto.

Carina e Cláudio

Eles são irmãos e dividem o lote que era dos seus pais. É importante pontuar que essa divisão é informal, pois o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária não permite e não reconhece tal divisão. Deste modo, ambos têm dificuldades para acessarem financiamentos e são obrigados a dividir a DAP, que é a Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Agricultura Familiar, que permite a identificação do estabelecimento rural para a participação em políticas públicas.

Nesse lote a organização do trabalho e as estratégias para a geração de renda são elementos interessantes de serem pontuados, pois cada um dos irmãos buscaram maneiras que se complementam em alguns aspectos e se diferem em outros. Ambos produzem para a entrega de produtos ao programa de compra institucional do governo federal e possuem uma parte de pasto com vacas de leite em comum. Esse leite é principalmente consumido pelos moradores do lote e o pouco restante é vendido para a vizinhança em natura ou em forma de queijo. Fora isso as atividades diferem.

Carina trabalha na produção do lote, faz os queijos, vende produtos da revista Hermes e Avon e revende doces em compotas industrializados comprados na cidade para a vizinhança. Seu marido trabalha nas estufas do Alberto, caso mostrado acima, na produção de pepinos e cuida da produção do seu lote na hora do almoço e nos finais de semana. Ela traz em sua trajetória a experiência de ter morado na cidade por duas vezes, depois de ter vindo para o lote, onde trabalhou no frigorífico do município de Promissão - SP. As duas experiências não deram certo, pois achou a vida na cidade muito cara e o trabalho do frigorífico muito pesado. Afirma não ter nenhuma atuação política e ligação com o MST.

Cláudio partilha com sua esposa o trabalho na plantação da horta que é destinada a compra institucional, isso porque a sua principal atividade é ser pedreiro na cidade, indo e voltando todos os dias. Por isso a maior parte do que lhe cabe do lote é arrendada para a produção de milho. Cláudio também fez a experiência de morar na cidade depois de ter vindo para o lote. Foi para o município de Promissão - SP com dezenove anos em busca de adquirir bens que achava impossível morando no assentamento. Viveu na cidade por cinco anos trabalhando no frigorífico, mas depois, já casado e com uma filha, não suportou o trabalho duro e os horários noturnos e voltou para o lote.

Helena e Hudson

As relações de gênero também aparecem de forma marcante nesse lote não só na questão da sucessão geracional, mas também nos acordos e divisões de tarefas e trabalhos desempenhados. Helena e Hudson são casados, ambos eram moradores em lotes da agrovi-
la Campinas, mas por ocasião do casamento foram morar no lote da família de Hudson. Os pais de Hudson têm sete filhos, mas somente ele ficou no lote. Isso acontece com bastante frequência em famílias grandes onde apenas um ou no máximo dois filhos permanecem. A justificativa para a não permanência de todos os filhos são as dificuldades econômicas decorrentes da falta de políticas públicas concretas

e as barreiras impostas pelo mercado por um lado, e o assalariamento e dificuldades de organização do trabalho alternativo, por outro.

A produção do lote é basicamente de leite e fica sob a responsabilidade de Hudson, mas há também uma pequena produção de horta, que junto com sua mãe, ainda moradora do lote, é entregue a compra institucional do governo federal. Já Helena não está ligada diretamente a nenhuma atividade de produção do lote, seu trabalho é na cidade como assessora do gabinete do prefeito de Promissão, do Partido dos Trabalhadores, na articulação dos projetos e convênios das secretarias.

Helena tem em sua trajetória experiências políticas e acadêmicas. Ela cursou economia na Pontifícia Universidade Católica de Campinas e depois de alguns anos transferiu e formou-se pela Fundação Getúlio Vargas, campus de São José do Rio Preto – SP. Depois de formada cursou especialização em engenharia de produção na Universidade Federal de São Carlos, frequentou curso de Cooperativismo em Mondragon, na Espanha, e cursou mestrado em desenvolvimento econômico na Universidade de Campinas. É engajada e filiada ao PT e trabalha na administração do partido no município de Promissão. Já teve participação efetiva no MST, mas abandonou por achar que o movimento tomou rumos que não concorda.

Junior

Nesse lote é possível perceber novamente as mesmas relações de gênero no que tange a sucessão geracional, pois, novamente o filho mais novo do casal da primeira geração, em detrimento das irmãs, é que ficou com a responsabilidade de dar continuidade no lote. Entretanto, a permanência de Junior se dá de forma diferente da dos outros casos, pois ele não tem nenhuma responsabilidade com a produção do lote e a sua ligação com o lote é no âmbito afetivo e moral. Sua atividade de trabalho e geração de renda é na cidade como cabelereiro em salão próprio. Assim, o lote é apenas o seu local de moradia e a produção fica sob a responsabilidade de um tio paterno, uma vez que seus pais são idosos e doentes e não têm condições de realizar os trabalhos necessários.

A busca para abrir um salão de cabelereiro na cidade é a primeira tentativa de trabalho de Junior na cidade. Antes disso trabalhava no lote tirando leite e como agente de saúde no próprio assentamento. Nesse período fez curso de cabelereiro e começou a aproveitar a visita como agente para cortar o cabelo dos assentados e das assentadas. Depois que perdeu o emprego de agente não quis voltar a trabalhar exclusivamente na produção do lote e por isso abriu o salão de cabelereiro na cidade. Afirmou que essa decisão foi tomada, pois julgava que era o momento de experimentar coisas novas e já se sentia cansado de trabalhar no lote. Entretanto, diz que não mudaria para a cidade porque aprendeu que o lote é o seu “porto seguro” e porque seus pais lhe conferiam, desde já, a herança e a responsabilidade pelo lote. Assim, mesmo não tendo responsabilidade com a produção Junior tem o encargo moral e ético de conservar o lote de seus pais.

MOTIVAÇÕES PARA PERMANÊNCIA

De fato, é certo que a permanência dos atores da segunda geração está estritamente ligada aos arranjos e estratégias de busca por alternativas de trabalho e renda dentro e fora do assentamento. Entretanto, é também sabido, por conta de nossas experiências pessoais e de pesquisas que buscam identificar motivadores das ações dos atores que existem elementos nas tomadas de decisões das pessoas que ultrapassam a racionalidade monetária e são subsidiadas por fatores subjetivos informados pelas histórias, experiências e trajetórias.

Assim sendo, essa seção é dedicada a pensar as motivações que marcam a permanência dos atores da segunda geração, ou seja, a proposta é identificar os elementos identitários e subjetivos que são mobilizados para justificar a permanência. Antes de prosseguir, porém, vale remarcar que não é negligenciado aqui o elemento trabalho e renda do processo decisório, entretanto a proposta é buscar dar maior complexidade aos aspectos sociais que compreendem o fato da permanência.

Ao questionar, portanto, esses atores sobre suas motivações para permanência é possível encontrar um ponto comum: o senti-

mento de pertencimento e identidade com o assentamento. Esses dois pontos trazem esses atores para um centro comum, a despeito das estratégias traçadas individualmente. Assim, os assentamentos e a agricultura familiar têm a função de revelar o contraste com a produção do grande capital em que o território é somente o lugar da produção, não dotado de cultura e sociabilidade. E é neste sentido que Wanderley (2009) afirma que trata-se “(...) de perceber o território como inscrição espacial da memória coletiva e como uma referência idenitária forte” (Wanderley, 2009, p.47).

É importante destacar que essa noção de território está em oposição à ideia de território rural e urbano delimitado exclusivamente geográfica e político-administrativa, pois essa caracterização dicotômica de território, de suas dinâmicas, e de suas relações sociais não são suficientes para explorar a diversidade dessas realidades. Nesse sentido, a noção de território adotada na pesquisa não está ligada a locais fisicamente delimitados e socialmente ocupados, mas sim a uma imagem, a arranjos de poder e a representações nas redes das relações sociais que compreendem desde formas materiais de produção e consumo até elementos imateriais ligados à estética, ética e construções simbólicas. Assim, um território pode ser entrecruzado por várias localidades, pois estas são constituídas pelos atores que a ocupam dentro de uma base física e no conjunto da diversidade das relações sociais.

Dessa forma as territorialidades rurais surgem como engendradora de novas identidades e ponto de apoio para preservação e reelaboração da memória coletiva, pois se torna a base e o referencial “imutável” da história local, nas modalidades de resistência e estratégias de composição de interesses. Como diz Carneiro (2012, p.49), “estamos diante, portanto, do processo de construção das múltiplas identidades que conformam o indivíduo na sociedade contemporânea”. E o território é algo tão forte que os grupos a tomam como referência para reforçarem a sua identidade, individual e coletiva. Halbwachs (2006) afirma que é imprescindível a ligação da memória com o espaço, entendido aqui como território, pois sem esta ligação não é possível haver qualquer gênero de atividade coletiva.

Sendo assim os grupos estão necessariamente ligados a objetos e lugares, pois eles são o referencial de apoio da sua identidade e memória. Seria difícil descrever qualquer grupo descolado de sua imagem espacial de lugares. Nesse sentido o território tem como função ser o elo com um espaço tempo não acabado, não finito, ou seja, é a base material de um tempo imaterial. Nestes termos, a variedade de identidades está relacionada à heterogeneidade de sentidos, interesses e relação que cada grupo social atribui a territorialidade rural a que está inserido (SILVA, 2004; HALBWACHS, 2006).

Nas falas da investigação empírica esses elementos surgem em frases como: *“Socialmente eu caibo aqui”* dita por Helena. O assentamento, dessa forma, mostra-se como local de referência emocional e da memória, dentro de um sistema de representações simbólicas, éticas e sociais que possibilitam afirmações como a de Junior: *“Eu aprendi que o sítio era um porto seguro, entendeu?”* O assentamento representa “sossego”, praticamente todos afirmaram isso de alguma forma, como Cláudio, ao descrever as dificuldades de viver na cidade e sua motivação para voltar ao lote:

“Sossego né. Você fazendo o seu de comer você não precisa se importar que você precisa pagar aluguel, você tendo um cantinho para você morar, sabendo que é seu. Você fazendo o de comer você vai empurrando o resto.”

Essas falas representam o que para Weber (2004) seria a base do racionalismo econômico moderno, onde os atores justificam suas motivações por meio de uma base ética e por consequência essas ações tornam-se inovadoras e transformadoras dentro do contexto territorial (Weber, 2004). Essa justificativa para a motivação pode ser observada em outras falas como a de Alberto, ao dizer do seu processo de permanência no lote do pai: *“E para mim ficar no sítio é outra vida né, mais sossego, mais tranquilidade”*. Essa fala representa a síntese do que se espera quando se mora no assentamento, a despeito das dificuldades e incertezas que são inerentes e específicos desse território, o fato de ter a casa e a moradia assegurada é

algo que representa tranquilidade e ainda não é necessário comprar tudo como na cidade. E seguindo esse raciocínio, quando perguntado sobre as vantagens que a vida no lote oferece Cláudio responde da seguinte forma:

“Tem muita heim, tem muita vantagem heim! Primeiro, você não precisa pagar aluguel. Segundo, você mora no que é seu. Terceiro, você vai no pomar você tem uma laranja. Quarto, você vai no pé de mandioca você tem a mandioca, você tem o ovo, você tem a galinha, e você não precisa comprar isso.”

O assentamento, portanto, é mobilizado como território de tranquilidade e segurança ontológica visto que é provedor dos elementos fundamentais para a manutenção da vida a despeito de se possuir dinheiro ou não. Isso aparece exatamente em antagonismo à cidade que é um território da monetarização por excelência, como lembra Carina: *“Na cidade você não tem um limão se você não tiver o dinheiro”*. Assim, a segurança expressada compreende da moradia à alimentação, pois se tem a certeza que não será despejado e se tem a certeza que haverá algo para se comer, mesmo não tendo dinheiro em espécie, pois se tem a terra que oferece os alimentos.

Existem, também, o fator das redes de sociabilidade e convivência que são estabelecidas dentro do assentamento, que permite desde a troca de produtos até a ajuda real *“de pessoas que estão com necessidade”*. Essa é, a já muito bem estudada sociabilidade vicinal dos territórios rurais que ainda persiste na contemporaneidade (Brandão, 1995; Woortmann, 2010). Não são raras as vezes que se ouve, portanto, uma mãe dizer ao filho: *“Pedro!! Vai na casa do dona Maria pegar uns limão para fazer um suco para as visitas”*. *“Vamos lá no lote do seu Zé pegar umas mandiocas que está dando lá”*. E muitas outras frases que revelam a possibilidade de adquirir algo para se comer que não passe pelo crivo da paga monetária.

Certamente, não é possível eximir o assentamento de conflitos e disputas, pois elas estão presentes como é possível identificar

na falar de Hudson, quando da sua resposta em relação ao que o atraía no assentamento em relação à cidade:

“Mas não fica não [na cidade], o cara que é acostumado aqui. E outra, você vai no bar só tem amigo seu, se vai no vizinho, é amigo seu. Se tem um vizinho que eu conheço o defeito dele eu não vou na casa dele e ele não vai na minha casa. Eu conheço o defeito dele eu não vou. Se eu sei que vou discutir com você de futebol você já ignora, eu não discuto mais com você. Meu vizinho ali, que é corintiano, é gente boa, se precisar de mim pode ser dez horas, meia noite, um ajuda o outro independente de qualquer outra coisa [Hudson é santista]. (...) Por isso que eu gosto daqui, não é porque dá dinheiro não, falar que sítio dá dinheiro, isso não dá dinheiro não, dá para você viver mais ou menos...”

A fala mostra a relação com um sistema de sociabilidade estabelecido, que muitas vezes julga-se não ser possível manter na cidade. Mesmo o lote sendo um lugar que para ele onde não é possível se ganhar muito dinheiro, há a afirmação de se sentir bem nesse local, pois existe as referências como os vizinhos e uma rede de solidariedade que se pode contar e sabe até mesmo com quem não se pode contar.

A percepção dessa ideia de território fica evidente a partir dos relatos dos atores que tiveram experiências fora dele, pois ao realizar a relação com outros modelos e valores eles acabam por reformularem o sentimento de pertencimento com o assentamento. É por isso que Carneiro (2012) afirma que trabalha com a hipótese interpretativa de que

“(...) a lógica de existência (ou permanência) de um grupo social com uma identidade própria, ancorada num sentimento de pertencimento a uma localidade dada – identidade materializada na relação com um espaço e com um conjunto de símbolos culturais –, repousa na possibilidade de se estabelecerem relações de alteridade com ‘os de fora’, mesmo que esses residam e interajam em um mesmo território” (Carneiro, 2012, p.49).

Nestes termos é possível perceber que as experiências do processo histórico vivenciado pelos moradores do assentamento permitiram a formação de uma identidade de grupo que compreendem intimidades, sentimentos e vínculos emocionais do passado para o futuro através do presente, que lhes conferem lembranças, apegos e aversões comuns. Esses elementos os permitem referenciar o assentamento no sentido do pronome pessoal “nós” e para se referirem a cidade e aos moradores daquele território com a referência pronominal “eles” (Elias, 2002).

Deste modo os assentados utilizam determinadas figurações sobre as vantagens e elementos culturais superiores do próprio grupo (carisma grupal dos estabelecidos) e os mobilizam de forma a justificar e desvalorizar a vida na cidade (desonra dos outros). É importante notar que a dinâmica de estigmatização se dá por meio da referência e do status do ator com seu grupo, como na fala de Carina:

“Liberdade né, eu creio eu que nós temos liberdade. Tem espaço para soltar as crianças e brincar, não só a questão das crianças, mas a gente também. Você sabe porque tudo que você quiser na cidade, se você quiser você tem que comprar, banana, laranja, maracujá, fruta... Aqui se você plantar você tem e não precisa plantar muito. Se você ver o tanto que já deu de maracujá aquele pezinho. Chuchu é uma coisa também que se você plantar, você come e dá para os outros e tem chuchu. Ai você não precisa ir à cidade comprar e você vai à cidade comprar o que não da mesmo para produzir aqui.”

Participar desse carisma grupal significa partilhar de valores e costumes que “os de fora” (outsiders) não compartilham. No caso do assentamento esses valores são autonomia, liberdade e segurança em detrimento da cidade que apresenta valores totalmente opostos a estes para os “estabelecidos”, principalmente para os que fizeram a experiência de morar e trabalhar na cidade e voltam dizendo o quanto essa experiência foi “desagradável”. É o que aparece na fala de Helena,

“Então, depois de mais velha que eu fui perceber a qualidade de vida que tem morar no assentamento. Mas até eu perceber a qualidade de vida eu ia embora para a cidade, quando eu fui para a cidade e confrontei com tudo aquilo lá, eu falei: ‘Não dou conta disso, deixa eu voltar por que eu não dou conta disso’. Mas ao mesmo tempo não dava tempo de viver do lote. Eu não me preparei, nem psicologicamente, nem fisicamente, de nenhuma forma para poder trabalhar no lote. (...) Se eu estivesse em casa, cuidando das crianças e trabalhando fazendo uma estufa, uma horta, outra coisa, a gente estaria vivendo. Mas eu não dou conta disso.”

Sua fala revela o descontentamento com o lote em um primeiro momento, mas depois da experiência na cidade volta para o lote, que é o seu porto seguro. Entretanto, ainda não queria viver do trabalho no lote, dessa forma ela reinventa a forma de permanecer e busca uma estratégia de permanecer sem ter que trabalhar diretamente com o lote na produção, pois reconhece a qualidade de vida que se tem no campo em relação à cidade, mas sabe, por ter trabalhado por muito tempo na produção, o quanto é laborioso. Assim, ela reelabora a sua maneira de permanecer no lote, não como agricultora, mas como economista, reformulando o sentimento de pertencimento com o assentamento. Isso provoca a formação de uma nova identidade do morador do campo, diferente do ideário de pessoas desinformadas e atrasadas para alguém muito bem formado. O território rural demonstra-se, dessa forma, não como um local de produção de alimentos, mas sim lugar de vida, espaço de sociabilidade embrenhado de dinâmicas.

PROCESSOS DE REFORMULAÇÕES IDENTITÁRIAS

Nesse sentido é possível perceber que as fronteiras territoriais estão mais flexíveis, seja na facilidade de deslocamento físico com os veículos motores, permitindo as pessoas estarem em vários lugares no mesmo dia, seja por meios virtuais de comunicação, estando em vários locais do mundo ao mesmo tempo. Essas experiên-

cias possibilitam novos processos e uma heterogeneidade social e cultural no interior do território, o que está ligado diretamente com a formulação das identidades como coloca Carneiro (2012, p. 48),

“As novas experiências engendradas por esse processo se nutrem de uma diversidade social e cultural que, por sua vez, alimenta as trocas, enriquecendo os bens (culturais e simbólicos) e ampliando a rede de relações sociais. Portanto, a heterogeneidade social, ainda que produza uma situação de tensão, é também responsável pelo enriquecimento do tecido social das localidades, sem que isso resulte, necessariamente, em uma descaracterização da identidade cultural local.”

Alberto, também demonstra essa reformulação com a relação estabelecida com o assentamento quando fala dos motivos que o levaram a permanecer:

“Quando eu comecei com o CEASA eu vi que dava um retorno bom, você entendeu? Naquela época já dava um retorninho até bom e já era duas vezes o salário que na época minha área formado ganhava (do curso de análise de sistema que cursava). Ai eu parei mais por causa disso, que dava um retorno bom. E até hoje, o colega meu lá o Tiago que formou está trabalhando na área lá em São Paulo só que ele ganha bem menos. E pra mim ficar no sítio é outra vida né. Mais sossego, mais tranquilidade.”

Pelo relato a decisão de Alberto vai além da relação com o território e está ligada a possibilidade de trabalhar em um empreendimento não diretamente ligado a produção agrícola, mas que lhe garante um bom retorno financeiro. Esse retorno como vendedor é maior que a produção em suas estufas. E, justamente por isso, quando lhe perguntei se ele se sentia mais agricultor ou vendedor, a sua resposta foi:

“Eu acho que eu sou mais vendedor. Eu sou mais comprador/vendedor que agricultor. Eu acho que a agricultura, trabalha muito isso daí. (...) E

*quem trabalha muito não tem tempo de ganhar dinheiro, você entendeu?
Prefiro trabalhar menos para ter bastante tempo para ganhar dinheiro.”*

A decisão de ficar levou em consideração o território, mas pessoal, também, o fator de se ganhar uma boa renda realizando um trabalho que não é tão “pesado”, uma vez que a maior parte da produção é feita por dois funcionários, e com isso é possível, para Alberto, lançar mão da identidade de comprador/vendedor e não de agricultor, pois é algo que requer muito trabalho para pouco retorno, segundo ele.

Esses elementos trazidos por Alberto aponta para a construção de uma identidade ao moldes apontados por Hall (2006; 2011). Um identidade pensada como *rasurada*, uma vez que é pensada no seu limite e no seu intervalo, mas sem descartá-la. Segundo Hall (2006; 2011), a identidade leva em consideração uma historicização radical de mudança e transformação em uma nova posição: *deslocada* ou *descentrada*. A identidade, assim, pensada por meio de uma análise discursiva que enxerga a “identificação como uma construção, um processo que nunca se completa – como algo sempre em processo” (Hall, 2011, p.106).

A identidade se revela, nestes termos, não como algo fixo e imutável, mas sim como estratégias e iniciativas específicas dentro de um processo contínuo de remodelação e modificação por meio das relações sociais e culturais. É justamente o que afirma Hall (2006), ao dizer que as identidades na contemporaneidade devem ser percebidas como uma celebração móvel, ou seja, aberta, contraditória, fragmentada e plural. A identidade, deste modo, afasta-se de um modelo essencialista e se define como sendo um processo.

A construção da identidade se dá nesta relação com a diferença dentro de um campo simbólico e social. Identidade e diferença são relações sociais em disputa e na luta para afirmar diferentes identidades têm-se causas e consequências materiais. Assim, as identidades nas sociedades modernas devem ser pensadas como híbridas e fluidas, pois houve um deslocamento dos centros e dessa forma não há um centro determinado que produza uma identidade fixa. Essa redefinição do conceito permite perceber que o processo de hibridização proposto abre caminho para a superação da ideia de uma suposta pureza

e insolubilidade dos grupos reunidos em diferentes identidades nacionais, raciais, étnicas ou de gênero (Hall, 2011; Silva, 2011).

Nesse sentido, quando Hall (2011) afirma que sua concepção de identidade não se baseia nos segmentos do “eu” que permanece sempre e já “o mesmo”, idêntico a si mesmo ao longo do tempo, é possível trazer em consonância a fala de Junior: “(...) *eu já trabalhei na roça bastante, mas eu acho também que a gente tem que experimentar outras coisas*”. A fala demonstra a ânsia de experimentar outros vividos, outras formas de experimentar o seu próprio ser, em relação a ele próprio e em relação ao meio social que vive. A preocupação dessa perspectiva teórica da identidade não é responder “*quem somos*” ou “*de onde viemos*”, mas sim “*quem podemos nos tornar*”. E é justamente isso que aparece na continuação da fala de Junior, a possibilidade da construção e elaboração de uma nova identidade,

“Eu nunca tive a oportunidade de trabalhar na cidade. Eu vim para o sítio eu era criança, eu trabalhei no sítio dos meus dez aos vinte e cinco anos aqui. Então, assim, eu meio que quis fazer outra coisa. E eu acho que eu só trabalhei no sítio devido aos meus pais mesmo.”

Em outro momento a sua fala enfatiza o período em que vivia retirando leite no lote e o porquê hoje não pensa mais em trabalhar no lote e sim investir cada vez mais no seu salão de cabelereiro: “*eu vivi dentro daquele barro quinze anos, pelo amor de Deus, misericórdia, e não era o que eu queria... eu gosto de conversar*”. Isso ocorre, pois a identidade é construída através do imaginário do que poderia ser e da fantasia. Assim, a fala demonstra que os atores nos assentamentos, e em outros locais, anseiam por outras experiências em suas vidas, apesar de recair sobre eles o dever da continuidade de um projeto de vida que às vezes não lhe corresponde. Nesse sentido a permanência não deve ser encarada como uma obrigação, mas sim uma possibilidade que pode ser realizada e mobilizada de formas diferentes, dependendo das experiências, motivações, sentimentos e projetos de cada pessoa. O território rural, assim, é então visto como uma variada gama de possibilidade de vividos.

É nesse sentido que Brumer (2007) vai afirmar, citando Champagne, que muitas vezes a recusa dos filhos de suceder os pais na profissão de agricultor é em um primeiro momento a recusa do modo de vida dos pais, ou seja, a crise da reprodução social seria uma crise de identidade social.

“Champagne constatou que, ao fazer a sua avaliação do modo de vida rural, os jovens comparam-no com o modo de vida urbano, o que os leva a considerar a agricultura de maneira mais negativa do que positiva. Entre os aspectos negativos, eles destacam a ausência de férias, de fins de semana livres e de horários regulares de trabalho. Eles mencionam ainda a atividade agrícola penosa, dura e difícil, que submete os trabalhadores ao calor e ao frio e a posição de trabalho pouco confortáveis, assim como os rendimentos baixos, irregulares e aleatórios. Como aspecto positivo os jovens salientam a relativa autonomia do agricultor, que não depende de um patrão” (Brumer, 2007, p. 37).

Junior, por sua vez, disse não querer deixar o sítio, entretanto, não pensa em produzir nele. A sua ideia é mantê-lo como lugar de refúgio e não como projeto de vida para produção e trabalho. Isso porque, em sua opinião, o jovem não quer ter a imagem de agricultor, pois isso é visto como algo negativo,

“É uma grande diferença do trabalho para se sustentar no sítio e na cidade, entendeu? Que nem, por exemplo, de uma pessoa que trabalha na roça o dia inteiro e uma pessoa que trabalha na cidade em escritório dentro do ar-condicionado ou dentro de uma firma. Então para eles é muito mais fácil vim trabalhar em uma firma do que ficar lá na roça para conquistar as coisas.”

Continuando nesse assunto ele ainda complementa, no sentido do que fora colocado por Brumer (2007), da relação com o cotidiano que se tem com o trabalho rural em relação aos horários de trabalho,

“Problema do leite [trabalhar com a ordenha de leite] para mim é que eu não tinha liberdade, se eu fosse para uma festa, balada, eu tinha que voltar logo porque eu tinha que acordar seis horas da manhã, às vezes eu chagava às seis horas da manhã para tirar leite. E leite não tem feriado, não tem um dia que eu posso parar, então eu cansei.”

A identificação são pontos de apego temporários, portanto, é um processo em construção que nunca se completa, é ambivalente e contraditória desde o início, e por isso não está determinada, ou seja, não se ganha ou se perde uma identidade, não se perde ou se volta às raízes, o que há é uma negociação e articulação com as próprias trajetórias e experiências dos atores. Como as palavras de Junior mostram, a construção da identidade se dá de forma relacional e condicional, ela depende de algo exterior para existir, no caso a relação e todos os condicionantes do trabalho na cidade e no lote.

O marcador social da identidade, assim, se mostra no jogo da *différance*, na tensão e na disputa. Como afirma Hall (2011, p.106), “(...) uma vez que, como num processo, a identificação opera por meio da *différance*, ela envolve um trabalho discursivo, o fechamento e a marcação de fronteiras simbólicas, a produção de ‘efeitos de fronteira’”. No mesmo sentido Butler (2003, p.103) afirma: “Em oposição à lei fundadora do Simbólico, que fixa identidades à priori, podemos reconsiderar a história das identificações constitutivas sem a pressuposição de uma lei fixa e fundadora”. As identidades na contemporaneidade, portanto, estão inteiramente integradas à cultura do território, urbano e rural, dentro de uma dinâmica social globalizada. A construção da identidade se dá no interior dessas relações e dentro de um campo simbólico e social. Assim, a identidade ou a essência seriam expressões e não teriam sentido em si; ela, a identidade, se manifestaria em um regime de diferenças e num jogo de referências *performativamente construídas* (Butler, 2003; Woodward, 2011; Hall, 2011).

No caso de Helena, viver no lote e trabalhar como assessora na prefeitura enquanto seu marido cuida do lote; no caso do Alberto, viver no lote e investir em um empreendimento de compra e venda de alimentos enquanto tem dois funcionários para cuidar do seu lote

e no caso de Junior, trabalhar de cabelereiro e viver entre a cidade e o lote que representa o seu “porto seguro”.

Assim, é possível perceber um processo de formulação de identidades múltiplas dentro de experiências de vividos múltiplos. Com isso, as realidades sociais dos territórios são vistos em um fluxo de *desterritorialização* da cultura onde é possível “(...) pensar a ruralidade como um espaço onde o urbano também se constitui em elemento definidor da identidade de atores coletivos” (Carneiro, 2012, p.43). Esse elemento pode ser percebido na fala do Cláudio, quando disse que o motivo de sua saída para ir trabalhar na cidade foi justamente ver que outras pessoas estavam indo e conseguindo ter acesso a bens materiais enquanto ele, no lote, não conseguia ter esse acesso. Aqui o ponto essencial não é o acesso aos bens materiais, mas sim a influência trazida dos que iam trabalhar e morar na cidade e apreciavam no assentamento com determinados bens que até então eram tidos como impossíveis de se comprar com o trabalho do lote.

“Fui porque todo mundo estava indo, os jovens todo mundo indo e você via que eles estavam indo e estava tendo as coisas deles. E aqui a gente ficava sempre na mesma, fazia só o de comer, aí fui me aventurar.”

“Ir aventurar-se”. Essa frase demonstra o sentimento em relação à cidade, que não é o lugar de pertença, não há identificação, pois as pessoas aventuram-se no desconhecido, no inesperado e desafiador. A aventura, porém, tem a sua gratificação que seria “ter as coisas”, ou seja, acesso a bens e serviços que o trabalho no lote não proporcionaria. Por outro lado, o fato de estar apartado do assentamento proporciona um sentimento de desenraizamento e falta de estabilidade subjetiva que evoca a volta para terra. Isso ocorre, pois não é fácil viver cotidianamente na aventura, sem a tranquilidade e segurança que a territorialidade rural proporciona a esses atores. Bourdieu (1979), ao falar do processo de passagem da sociedade Cabila, na Argélia, de uma ordem tradicional para o mundo da economia moderna afirma que o “desarraigamento da ordem tradicional e a entrada, muitas vezes brutal, no mundo da economia

moderna conduzem e supõem transformações sistemáticas do *habitus*” (Bourdieu, 1979, pp.52-53). A aventura, assim, pode tornar-se desventuras, pois experimentaram relações que para eles apareceram como dolorosas de impessoalidade fria e brutal em suas relações sociais e de trabalho.

A busca de um emprego fora do assentamento é visto como o momento de conquista de bens, de ser bem sucedido e, no limite, de mudança de vida diante de uma realidade que, muitas vezes, apresentava-se de forma dura no assentamento. Entretanto, a vida fora das referências do território pode se revelar muito mais dramática para a realização ontológica desses atores, pois se inserem em outras referências sociais bem distintas das que até então experimentavam. Nesse novo contexto, sem os referenciais e repertório necessários, esses atores se vulnerabilizam, por não encontrarem as raízes que possuem em seus territórios.

A defesa e a importância do enraizamento não significam a busca de isolamento de um grupo dos meios sociais e das influências externas, pois como foi visto, todo grupo vive em relação dinâmica de trocas e disputas que afirmam sua identidade. E no processo de reconstrução social coletiva a identidade tem como função organizar a memória coletiva e a sociabilidade do território, para identificar o elo entre presente, passado e projetos para o futuro (Halbwachs, 2006; Pollak, 1989; BOSI, 2003).

Entretanto, existem relações entre grupos que se dão de forma desigual, não como duas formas de existir diferentes que se relacionam e trocam experiências com o mínimo de equidade¹, mas se dão na forma de relações de poder desiguais. Essas relações se dão por meio de mecanismos sociais complexos exercidos nas dinâmicas cotidianas de forma calculada e sutil e que buscam controlar, modificar e sujeitar essas vidas. Assim, é importante pensar que o poder que atinge as pessoas na modernidade não é o poder soberano, mas a multiplicidade de forças que atuam e reagem entre eles segundo relações de obediência e mando. Dessa forma, a biopolítica incorpora-se e fortalece-se sobre

¹ Equidade aqui não significa que no plano das relações sociais dentro do assentamento não há disputas e relações de poder exercidas entre os indivíduos, mas sim que quando esses atores estão fora do seu território, onde foram formados subjetivamente, eles possuem menor repertório para lidar com essas relações.

essa multiplicidade de relações que o poder coordena, institucionaliza e estratifica. São micropoderes que são exercidos entre homem-mulher, patrão-empregado, médico-paciente, moradores do campo-moradores da cidade. Essas relações, quando não há resistência, podem ser causadoras de mortes, de supressão de tradições e destruidora de raízes (Foucault, 1979; 1988). Algumas frases desses assentados podem demonstrar, de forma evidente, o que significa a “aventura” do trabalho na cidade, desligados e/ou distantes do território:

Carina: *“Ah, o serviço na cidade acaba com a gente, esse negócio de frigorífico heim.”*

Hélena: *“Entrei em depressão”.*

Hudson: *“(…) aquilo para mim era um pesadelo, falei: isso não é lugar de morar não, isso é lugar de louco. É sério!”.*

Cláudio: *“Não, para! Esse negócio de ficar morando em cidade pagando aluguel não é bom não. Aluguel, água, luz e o diabo à quatro”.*

Esse processo de saída, nessas condições de vulnerabilidade e de submissão a determinadas relações de poder, pode levar a experiência e ao sentimento de desenraizamento. E o sentimento das pessoas desenraizadas são o vazio, a fragmentação da vida social, a perda de ligação com o mundo concreto e com o transcendente e a falta de esperança. Nada mais tem continuidade e o *habitus de viver* apreendidos pela experiência e pelo sentimento com a família, trabalho na vizinhança e comunidade local ficam apartados (Bosi, 2003; Thompson, 1978).

O enraizamento é justamente o contrário desses estranhamentos sofridos pelo desenraizamento, pois com o enraizamento os atores e os grupos passam a ter a capacidade de inserir o passado no presente e projetar sonhos para o futuro. As experiências, os sentimentos e a “consciência social” adquiridas nas relações culturais possibilitam a ação de forma propositiva, transformadora e utópica na luta por um sonho e por um projeto de vida inscrito em sua memória. Assim, a vida passa a ter sentido. É justamente a busca pelo enraizamento, marcado na experiência e nos sentimentos da trajetória desses atores em seu território que os estimulam a retornarem para

reativarem os laços sociais e reordenarem os seus projetos de vida em busca de estratégias e projetos de vida que levem em consideração autonomia, independência dos pais, realização subjetiva e renda (Thompson, 1978; Carneiro, 2012; Menezes, 2008).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percorrida as seções do artigo, onde foram mostradas uma breve biografia de cada um dos atores e a articulação de suas falas para trazer a tona suas motivações para permanência e os desdobramentos em novos processos identitários, essas considerações finais buscam apontar para o entendimento do assentamento como universo de vividos múltiplos em que várias subjetividades estão diferenciadas em projetos que se cruzam e se conflitam dentro das famílias, no assentamento e na teia de relações que são estabelecidas em geral. Estes projetos podem se demonstrar aparentes ou ocultos na representação destes vividos e por isso essas subjetividades devem ser compreendidas como um processo de construção de sentidos individuais, coletivos, culturais e históricos na criação e recriação cotidiana (Martins, J. S. 2010; Scopinho, 2010; Farias, 2008).

Esses vários vividos possibilitam uma diversidade de experiências e diferentes histórias que percorrem caminhos diversos. A permanência, sendo assim, não é uma decisão fácil e realizada de forma inequívoca, muitas vezes ela percorre caminhos variados, passa por projetos frustrados, por tensões entre os familiares e por acontecimentos inesperados. Passa por períodos de desenraizamento e de mobilização de novas formas identitárias ao se refugiarem no “porto seguro”, que é a volta a terra. Essa volta, por mais dura e permeada de dificuldades financeiras e existenciais, ainda é um alento a toda a pressão que se vive fora do lote. O que se tem em conta, nesse sentido, são os objetos de memória, a memória do território, a memória afetiva dos atores, o sentimento com o território e seu modo de vida, o enraizamento que esses elementos proporcionam e a segurança ontológica que o “ser” pode gozar. Isso não é uma idealização do lote como local isento de problemas e dilemas, mas sim

a constatação de que o assentamento é um território permeado por cultura e sociabilidade específicas e que pode ser uma possibilidade de realização de projetos de vida.

REFERÊNCIAS

- BORGES, C. C. Laços intergeracionais no contexto contemporâneo. *Estudos de Psicologia*. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica, 2011, pp. 171-177.
- BOURDIEU, P. *O desencantamento do mundo*. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- BOSI, E. *Tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- BRANDÃO, C. R. *A partilha da vida*. São Paulo: Cabral, 1995.
- BUTLER, J. Proibição, psicanálise e a produção da matriz heterossexual. In: BUTLER, J. *Problemas de gênero*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BRUMER, A. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. de (Orgs). *Juventude rural em perspectiva*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- CARNEIRO, M. J. Do “rural” como categoria de pensamento e como categoria analítica. In: CARNEIRO, M. J. (Coord.). *Ruralidades contemporâneas: modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2012.
- CASTRO, E. G. *Os jovens estão indo embora?: juventude rural e a construção de um ator político*. Rio de Janeiro: EDUR, 2009.
- ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. *Os estabelecidos e os Outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- FARIAS, M. de F. L. de. O cotidiano dos assentamentos de reforma agrária: entre o vivido e o concebido. In: FERRANTE, V. L. S. B.; WHITAKER, D. C. A. (Org.). *Reforma agrária e desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais*. São Paulo: UNIARA, 2008.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- _____. A hipótese repressiva. In: _____. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

- HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.
- HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- _____. Quem precisa de identidade? In: SILVA, T. T. (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2011.
- MANNHEIM, K. El problema de las generaciones. *Revista Española de Investigaciones Sociológicas* (REIS), nº. 62, pp. 145-168, 1993.
- MARTINS, J. de S. *A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala*. São Paulo: Contexto, 2010.
- MALAGOLI, E. MARQUES, R. Para além de ficar e sair: as estratégias de reprodução social dos jovens em assentamentos rurais. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. de (Orgs). *Juventude rural em perspectiva*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- MENEZES, M. (Org.) *Gênero e geração em contextos rurais*. Ilha de Santa Catarina: Mulheres, 2010.
- POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. *Revista Estudos Históricos*, nº. 3, pp. 3-15, 1989.
- SCOPINHO, R. A. Condições de vida e saúde do trabalhador em assentamento rural. *Ciência e Saúde Coletiva*, Vol. 15, Supl. 1, pp.1575-1584, 2010.
- SILVA, M. A. M. *A luta pela terra: experiência e memória*. São Paulo: UNESP, 2004.
- THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- WANDERLEY, M. de N. B. *O mundo rural como espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009.
- WEBER, M. *Ética protestante e o "espírito" do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

Recebido em: 21/06/2017.

Aprovação final em: 19/12/2017.